

Plano de Metas ignora as obras inacabadas, diz Lobão

Embora preveja investimentos de R\$ 80 bi, programa não confirma a palavra do Presidente de que não iniciaria construções antes de concluir as que se encontram paralisadas, acusa senador

TV exagera no sexo e violência, diz Alcântara

As emissoras de TV no País estão exagerando na exploração do apelo sexual, da violência e no conteúdo consumista, até mesmo nos programas infantis. A opinião é do senador Lúcio Alcântara, que, contrário à censura, defende a rápida implantação de um sistema de autocontrole, a ser exercido sob fiscalização do governo federal. **Página 3**

NESTA EDIÇÃO

Para Benedita, País deve adotar bolsa-escola

Página 4

Palmeira: Juros, e não servidores, são os vilões

O déficit público não foi provocado pelos gastos com funcionalismo, nem com aposentadorias. É o que diz Guilherme Palmeira, citando dados do governo para provar que o déficit tem como causa os altos juros pagos pela União.

Página 3

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou sexta-feira que o Plano de Metas para o período 1997/1999, denominado "Brasil em Ação", prevê investimentos da ordem de R\$ 80 bilhões, mas não confirma a palavra do presidente da República de não dar início a novas obras antes de concluir as que estão paralisadas. Ele frisou que não concorda com as decisões precipitadas e desastradas que orientam aquele programa, a seu ver "um plano malconcebido".

Na avaliação do senador, bastariam R\$ 14 bilhões para concluir as 2.214 obras inacabadas listadas no relatório da comissão especial do Senado que fez o levantamento de todas as obras paralisadas no País.

- O que me parece incoerente é que, numa excepcional programação de investimentos como a do "Brasil em Ação",



Edison Lobão

não se tivesse atentado para a premente necessidade de se salvar o sacrifício imposto aos contribuintes com as obras federais iniciadas e não concluídas - disse.

Edison Lobão disse ter constatado que o plano não tem existência formal e é inconsistente. Sem ser parte ou alteração do Plano Plurianual, o "Brasil em Ação", segundo o senador, apesar de apresentar características de plano de desenvolvimento, não foi subme-

tido ao Congresso, como exige a Constituição. Assim, argumentou, é apenas um documento para orientar a elaboração da proposta de orçamento.

Quanto à consistência do programa, Lobão afirmou que o Plano de Metas não especifica a origem de 45,3% das fontes de financiamento e prevê cerca de R\$ 3,5 bilhões em investimentos de infra-estrutura em que 41,8% são distribuídos entre as cinco regiões e 58,2% estão alocados sob a rubrica "nacional", sem maiores informações. De modo geral, tratase de um plano com dados e informações sem qualquer detalhamento.

Emília Fernandes (PTB-RS), que também integrou a Comissão Especial sobre Obras Inacabadas, lamentou a "desatenção" dedicada a um trabalho sério, feito com a certeza de que seria uma contribuição ao próprio governo.

Gilvam exige atenção para a Amazônia

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) protestou sexta-feira contra a "discriminação" praticada pelo governo federal contra a Amazônia e fez questão de "avisar" a Secretaria de Assuntos



Gilvam

Estratégicos (SAE) sobre o crescimento de um movimento pela independência da região, cujo objetivo é criar melhores condições para seu desenvolvimento. O Norte

brasileiro está cansado de ficar de "côcoras", destacou o senador.

Segundo Gilvam, o governo central está concedendo "privilégios" a regiões como o Sul, Sudeste e Centro-Oeste, relegando a

segundo plano as carências e projetos de desenvolvimento para a Amazônia. O senador reconheceu, no entanto, ações meritórias do governo federal, notadamente

na área da educação. Ele lamentou que projetos como o Calha Norte estejam parados por falta de recursos e a região sofra os males do subdesenvolvimento, "possuindo riquezas enormes em seu subsolo".

Gilvam anunciou "para breve" a divulgação de um manifesto propondo a independência para a região amazônica a fim de que tenha melhores possibilidades de resolver seus problemas.

Cabral presta homenagem ao general Serpa



Cabral

A requisição do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), o plenário do Senado aprovou sexta-feira a inserção em

ata de voto de pesar pelo falecimento do general Antonio Carlos de Andrada Serpa. O senador pediu também a transcrição nos anais do Senado do artigo *Um Homem que Deveria Ter Sido Presidente*, assinado pelo jornalista Hélio Fernandes e publicado na *Tribuna da Imprensa*. Ao homenagear Serpa, o senador disse que "o Brasil perde um grande nacionalista, um grande brasileiro e um grande ser humano".

Na oportunidade, o senador registrou também a comemoração do Dia do Médico, homenageando os parlamentares egressos dessa profissão, assim como todos os médicos do País.

Na presidência da sessão, o senador Júlio Campos (PFL-MT) disse que Andrada Serpa merecia todas as homenagens.

Júlio Campos faz apelo para a recuperação das rodovias

Se iniciadas agora as obras ficarão em R\$ 5 bilhões; deixadas para daqui a quatro anos a despesa duplicará, garante o senador

O senador Júlio Campos (PFL-MT) fez sexta-feira um apelo ao presidente da República para que libere os recursos necessários a um programa urgente de recuperação dos 65.400 km da malha rodoviária federal, dos quais 11.400 km estão com pavimentação em estado crítico de conservação, enquanto 31.000 km deverão ficar em breve na mesma situação.

Ele disse que a recuperação

urgente do complexo rodoviário nacional "é um pré-requisito dos mais importantes para a retomada do desenvolvimento do País e para sua inserção no competitivo mercado internacional".

Conforme o senador, a Confederação Nacional dos Transportes prevê que, se as obras de recupera-



Júlio Campos

ção fossem iniciadas agora, seriam necessários recursos da ordem de R\$ 5 bilhões só para deixar a parte de pavimento em bom estado. No entanto, disse ele, se as providências forem adiadas, dentro de quatro anos a realização desse trabalho custaria o dobro, ou seja, R\$ 10 bilhões.

Júlio Campos salientou que, segundo a Diretoria de Engenharia de Obras do DNER, apenas R\$ 3,4 milhões do orçamento para conservar estradas serão empregados para tapar os buracos das rodovias federais. O mesmo estudo demonstra que o dinheiro para capinar gramados e limpar sarjetas daria para pavimentar 3.000 km de estradas com cinco centímetros de asfalto, acrescentou. O senador lembrou a ocorrência de mais de 80 mil acidentes por ano, com aproximadamente 12 mil mortes.

CPI do trabalho infantil define visitas aos estados

A CPI do Congresso que investiga denúncias sobre trabalho de crianças e adolescentes reúne-se amanhã (dia 22) para definir o roteiro de suas atividades, que inclui a realização de audiências públicas nas regiões onde estaria ocorrendo exploração de mão-de-

obra infantil. A presidente da comissão, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), informou que os primeiros convidados a depor deverão ser o ministro do Trabalho e o representante, no Brasil, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

10h - Despachos internos

14h30 - Presidência não deliberativa do Senado

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DOS TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (22.10.96)

Pauta: Votação em primeiro turno da *PEC nº 12/95, que acrescenta inciso X ao art. 30 da Constituição (desapropriação de imóveis para urbanização); discussão do *PLC nº 62/96, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF; votação em turno único do PLS nº 29/95, que institui eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal; discussão em turno suplementar do *Substitutivo ao PLC nº 65/93, que altera dispositivos da Lei nº 5.689/73 - Código de Processo Civil; discussão em turno suplementar do *Substitutivo ao PLS nº 95/96, que autoriza o Poder Executivo a criar uma escola agrotécnica federal no município de Tocantinópolis/TO; discussão em turno único do *PLS nº 89/96, que autoriza o Poder Executivo a criar a escola agrotécnica federal de Caracará/RR; discussão do *PLS nº 82/95, que altera dispositivos da Lei nº 8.004/90, que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito

do Sistema Financeiro de Habitação; e discussão do *PLS nº 29/96, que define a utilização dos títulos da dívida agrária.

Quarta-feira (23.10.96)

Pauta: Discussão em turno único dos *PDL nº 65/96, que aprova o texto do Acordo sobre Exercício de Atividades Remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da República Dominicana; nº 67/96, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Setor de Turismo celebrado entre o governo do Brasil e o governo da República da Turquia; nº 69/96, que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o governo da República da Namíbia e o governo do Brasil; nº 70/96, que aprova o texto do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da Venezuela; e nº 75/96, que aprova o texto do Tratado sobre as Relações de Amizade e Cooperação, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da Ucrânia; PR nº 51/96, que institui o prêmio nacional de educação Darcy Ribeiro; e três Requerimentos.

Quinta-feira (24.10.96)

Pauta: Votação, em turno único, de seis Requerimentos para inclusão de projetos em ordem do dia ou dispensa de parecer em comissão.

COMISSÕES

Terça-feira (22.10.96)

17h - Comissão Mista do Trabalho Infantil

Pauta: Discussão do programa de trabalho.

Sala 15, Ala Senador Alexandre Costa.

Palmeira: Servidor não é causa do déficit

Dados do governo estão sendo mal utilizados, garante o senador, ao enfatizar que o funcionalismo está sem aumento há 22 meses, com perda de poder aquisitivo acima de 30%



Emília Fernandes

Emília exalta vida e obra de Getúlio Vargas

"A memória de Getúlio Vargas é inapagável e não apenas porque deixou obras e leis que marcaram profundamente a vida de milhões de brasileiros", disse sexta-feira a senadora Emília Fernandes (PTB-RS), afirmando que a figura desse governante conquistou um lugar privilegiado nas mentes dos brasileiros, por todas as suas qualidades de estadista e também pelo desprendimento, que chegou ao limite com seu suicídio em 1954.

- As obras de Vargas serão sempre lembradas porque foram e são históricas e ainda insuperáveis exemplos de políticas públicas voltadas para o cidadão, para os trabalhadores, para os empresários nacionais, para a coletividade, para a Nação, e respaldadas pela sociedade, que delas tirou benefícios concretos, como conquistas salariais inéditas, avanço econômico, melhoria das condições de vida e direitos sociais e trabalhistas.

Emília destacou a regulamentação do trabalho da mulher e do menor, o salário mínimo, as férias anuais, o direito de greve, a jornada de oito horas de trabalho, entre outros avanços sociais. Lauro Campos (PT-DF), em aparte, associou-se à homenagem a Vargas, criticando a política neoliberal do governo.

Usando números fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) afirmou sexta-feira, em discurso, que o déficit público da União não foi provocado pelos gastos com funcionalismo, muito menos com aposentadorias. Conforme o senador, as receitas do governo federal subiram R\$ 31 bilhões no ano passado, comparando-se com 1994. Já os gastos com pessoal cresceram R\$ 5 bilhões. "A que se deve então esse déficit do governo?", questionou.

A resposta, segundo Guilherme Palmeira, é simples: o déficit brutal do governo vem dos altos juros pagos pela União no ano passado "para esfriar a economia", do aumento dos dispêndios para custear as reservas cambiais e do serviço da dívida. Os R\$ 5 bilhões gastos a mais no ano passado com pessoal foram usados para dar aumento aos militares e a algumas categorias, como diplomatas, policiais federais e funcioná-



Guilherme Palmeira

rios da Receita Federal.

- É incontestável que os dados em poder do governo estão sendo inadequadamente utilizados e dão a falsa impressão ao País de que o funcionalismo é o "grande mal" e o verdadeiro obstáculo à eliminação do déficit público e ao sucesso do plano de estabilização econômica - assinalou o senador.

Para ele, não se deve dizer que os servidores públicos não têm dado a sua contribuição ao plano de estabilização econômica. "Com as exceções que acabo de indicar, mais de 93% dos servidores não têm aumento há exatos 22 meses", ponderou.

Depois de lembrar que, como não houve aumento geral para os servidores e a inflação continuou nesses 22 meses, apesar de baixa, hoje os servidores civis amargam uma perda de poder aquisitivo que passa de 30%.

Palmeira também usou estatísticas do Ministério da Fazenda para provar que os aposentados e pensionistas não são os vilões dos gastos públicos. De todos os gastos com pessoal civil, só 26,98% são usados para pagar aposentadorias e pensões, enquanto os outros 73,02% destinam-se ao pessoal em atividade.

Ao comentar as reformas constitucionais propostas pelo governo, Palmeira discordou da intenção de se dar preferência para votação à emenda da reeleição. Para ele, as reformas administrativa, fiscal e da previdência são prioritárias. Ele manifestou-se, no entanto, a favor da reeleição para presidente e sugeriu que as constituições estaduais tratem da reeleição para governador.

Lúcio Alcântara propõe autocontrole da violência pelos meios de comunicação

A auto-regulamentação dos meios de comunicação é, na opinião do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o melhor caminho para o controle do nível de violência e apelo sexual dos programas transmitidos pelas emissoras de televisão. Ele defendeu a implantação rápida de um sistema de autocontrole dos meios de comunicação, a ser exercido sob fiscalização do governo federal.

O senador disse que as emissoras de televisão, na guerra pela audiência e pela preferência do espectador, estão se colocando "acima e além da ética, não respeitam os princípios morais do brasileiro, nem os mínimos conceitos educativos



Lúcio Alcântara

a que devem se submeter". A seu ver, faz-se necessário que as redes de televisão informem, antes de exibir o programa, o nível de violência ou de apelos eróticos na programação que será colocada no ar.

Afirmando ser contrário à censura, Lúcio Alcântara criticou, entretanto, os excessos praticados nos últimos tempos pelas televisões brasileiras. Como exemplo, citou o pro-

grama em que o apresentador Fausto Silva, o Faustão, "expos à curiosidade pública" um adolescente de 15 anos, com idade mental de três anos.

- Os programas infantis, normalmente exibidos pela manhã, estão repletos de apelos à violência, de sugestões sexuais e forte conteúdo consumista. A programação noturna é dominada por cenas de sexo explícito, por violência e pelo tratamento de assuntos polêmicos do ângulo de certezas inabaláveis. De liberdade completa ninguém desfrutou, já lembrava Graciliano em seu genial texto de *Memórias do Cárcere* - disse o senador.

Lauro defende criação de área de livre comércio no DF

É vital tirar de Brasília o recorde nacional de desemprego, afirmou o senador, que elogiou os incentivos do governo local à industrialização

O senador Lauro Campos (PT-DF) destacou sexta-feira dois projetos de desenvolvimento econômico do Distrito Federal que se implantados, segundo disse, criarão condições para "livrar Brasília de transformar-se em uma nova Alagoas ou Baixada Fluminense". O senador defendeu sua proposta de instituição de uma área de livre comércio no DF, bem como elogiou projeto lançado pelo governador Cristovam Buarque, oferecendo incentivos para a efetiva industrialização de Brasília.

De acordo com o senador, as



Lauro Campos

duas iniciativas buscam oferecer estímulos de desoneração fiscal e apoio creditício para fomentar atividades econômicas no Distrito Federal. Esse maior desenvolvimento industrial, comercial e do setor de

serviços, com destaque para a área turística, é vital para tirar de Brasília o recorde nacional de desemprego, afirmou. Hoje, segundo o senador petista, Brasília registra taxa de 18 por cento de desemprego.

O projeto criando uma área de livre comércio no DF inspira-se em propostas semelhantes já apresentadas no Congresso para estimular o desenvolvimento de outras cidades brasileiras, esclareceu Lauro Campos. O País tem atualmente uma zona franca (Manaus) e mais cinco projetos de criação de áreas de livre comércio.

Benedita recomenda adoção em todo o País do programa de bolsas escolares

"O Programa Bolsa-Escola" deve ser a primeira de uma série de lições a serem seguidas em todos os estados do País", afirmou a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao elogiar essa iniciativa do governo do Distrito Federal. "Tal experiência, em conjunto com o orçamento participativo, vem coroar os propósitos do Partido dos Trabalhadores de governar com honestidade, eficiência e responsabilidade social", disse.

- A dívida social brasileira é cruel e acho vergonhoso que uma grande parte de nossos governantes, de nossa inteli-

gência e das classes dominantes possa conviver conscientemente com essa mancha e fazer muito pouco ou quase nada para apagá-la.

PRÊMIO

Benedita da Silva informou que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) concedeu ao governo do DF o Prêmio Criança e Paz, pelos sucessos obtidos na aplicação de programas eficientes na área de educação básica.

- Até o líder do governo no



Benedita da Silva

Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), rendeu-se à idéia e apresentou projeto de lei propondo a criação de um programa semelhante para ser aplicado em todo o território nacional, com aval do presidente da República - disse.

A Bolsa-Escola paga um salário mínimo por mês a famílias de baixa renda cujos filhos em idade escolar mantenham a frequência às aulas, explicou a senadora.



Francelino Pereira

Centenário de BH tem festa em dezembro

Belo Horizonte estará comemorando em dezembro de 1997 seu centenário de fundação, mas as festividades serão oficialmente abertas nos dias 11 e 12 de dezembro deste ano, com uma série de eventos envolvendo grupos artísticos e culturais belo-horizontinos, informou sexta-feira o senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Segundo o senador, para gerir a programação comemorativa dos cem anos daquela cidade, o prefeito Patrus Ananias criou um Conselho Consultivo do Centenário de Belo Horizonte, que articulará as ações governamentais nos níveis federal, estadual e municipal. Entre as primeiras medidas está a solicitação, à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), de emissão de um selo comemorativo.

Em aparte, Lauro Campos lembrou que a capital mineira "saiu da pena de Aarão Reis", que se inspirou na reforma de Paris feita por Napoleão III, com suas largas avenidas e bulevares.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELO SENADOR JÚLIO CAMPOS E PELA SENADORA EMÍLIA FERNANDES

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Emandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal